

Ulysses pede e Sarney convence PFL a manter negociação das Transitórias

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília

A pedido do deputado Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney impediu ontem que o PFL deixasse a mesa de negociações do Congresso constituinte.



Bastou um telefonema ao líder pefelista, deputado José Lourenço (BA), para que a intransigência de manhã se transformasse, à tarde, em boa vontade.

Após uma semana sem qualquer tentativa de negociação, os líderes sentaram-se, pela manhã, em torno da mesa do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Embora nunca tenha negociado ou representado o partido, o deputado Oscar Corrêa Filho (PFL-MG) foi à reunião. Antes de serem iniciadas as conversas, deu um telefonema e disse que o PFL se retirava temporariamente das negociações.

A notícia chegou rapidamente a Ulysses, que ladeava o presidente Sarney no coquetel oferecido pela Embaixada de Portugal em homenagem ao primeiro-ministro português Cavaco Silva. Por um instante, Ulysses parou de cumprimentar as autoridades, que participavam do tradicional "beija mão", para escutar um assessor.

Irritado e tenso, Ulysses apontou um dos dedos para Sarney e disse: "Assim fica difícil. É preciso dar um jeito. Interceda para solucionar isso." Foi o único gesto de Ulysses, que cumpriu o restante da programação impassível. Mas o resultado estava garantido.

Logo após a visita de Cavaco Silva ao Congresso Nacional, os repórteres cercaram Lourenço para que ele explicasse as razões do partido. Não conseguindo disfarçar o nervosismo, o líder disse que tudo não passou de um mal-entendido. Segundo ele, a negociação precisava ser suspensa

Ulysses retorna, mas quórum é insuficiente

Da Sucursal de Brasília

O retorno do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao comando dos trabalhos em plenário foi insuficiente para que houvesse quórum ontem para votação. Ulysses ocupou interinamente a Presidência da República durante a viagem do presidente Sarney a Nova York. 244 constituintes estiveram presentes à verificação de quórum. Seriam necessários 280 para votação. Ulysses convocou nova sessão para as 9h30 de hoje.

porque o PFL ainda não havia tido uma conversa interna.

A prova da disposição dos pefelistas foi dada em plenário. Antes que a sessão do Congresso constituinte fosse suspensa por falta de quórum, Lourenço foi até o microfone e disse que considera de "maior importância" um acordo para a aprovação do "Ato das Disposições Gerais e Transitórias". De 60% a 70% do texto poderiam ser fechados consensualmente, segundo as declarações do líder.

Coube ao PMDB a culpa pela paralisação das negociações nesta semana, segundo o raciocínio de Lourenço. "O PMDB não sabe para onde vai", disse à Folha Desde a vitória do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, a liderança de Covas teria ficado "mais fragilizada do que nunca".

Depois da sessão, o PFL deu a prova final de sua boa-vontade. Enviou o vice-líder Inocêncio de Oliveira (PE) a uma conversa preliminar em busca de um acordo, promovida por Covas. Antes de entrar, ele fez questão de reafirmar aos jornalistas que tudo estava em ordem.



O presidente do Congresso constituinte, deputado federal Ulysses Guimarães

Presidente quer mudar Ordem Econômica

Aguinaldo Ramos

Da Sucursal do Rio

O presidente José Sarney reconhece que há "muitos avanços" na nova Constituição, mas mobilizará seus parlamentares no Congresso constituinte para promover mudanças de caráter "substantivo" em muitos pontos do título "Da Ordem Econômica" nas votações do segundo turno porque os considera "contraditórios" com a política do governo. O recado foi transmitido aos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em palestra que fez ontem, das 8h30 às 11h, e repetido em seguida numa entrevista coletiva. Ele disse que Sarney quer também que os constituintes "compatibilizem" o texto já aprovado com a nova política industrial do governo.

Segundo Costa Couto, foi em razão da proximidade do segundo turno que Sarney criticou, em Nova York, os pontos que considera "retrógrados" na nova Constituição. "O presidente considera que muitos pontos devem ser objeto de revisão" e que o novo texto deve "patrocinar maior liberdade econômica", revelou o ministro. Não especificou esses pontos, mas identificou seu conteúdo:

"Há muitos artigos numa linha liberalizante, conflitante com outros que são estatizantes. Na nova política industrial, consagra-se uma opção liberalizante, prevendo-se uma redução do papel do Estado na economia e maior espaço para o setor privado. A política industrial se preocupa em desregulamentar a economia, reduzindo a presença do governo na vida das empresas e dos cidadãos. Em muitos pontos, o projeto de Constituição dispõe exatamente o contrário, com excesso de controles e prevendo-se uma intervenção ampliada", afirmou Costa Couto.

Segundo o ministro, Sarney considera esses pontos "superados pela realidade nacional e mundial", acha o país "maduro" para entrar no "mundo novo do terceiro milênio", como já acontece "tanto no mundo socialista como no mundo capitalista" e afirma que "é hora de mais



O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após sua palestra na Escola Superior de Guerra (ESG)

liberdade, inclusive na economia, sem medo do capital estrangeiro".

Além dessa revisão no segundo turno, Costa Couto disse que o governo quer mudar, na atual votação das "Disposições Transitórias", certas "matérias polêmicas" aprovando emendas supressivas do tabelamento dos juros em 12%, das propostas de "manter como federal o Colégio Pedro 2º (no Rio), eternizar a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), conceder anistia aos pequenos e micro-empresários e ampliar a anistia aos militares cassados".

Sobre uma eventual reforma do Ministério por Sarney, Costa Couto afirmou, na entrevista, exatamente o contrário do que disse o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao comparecer à ESG na segunda-feira. Segundo Antônio Carlos, "terão que sair do governo todos aqueles que não concordam

com a política do presidente, sejam do PMDB ou do PFL". Costa Couto assegurou que "o governo não está pensando no assunto". "O presidente nunca me falou em reforma do Ministério e o ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), o general Ivan (Ivan de Souza Mendes) ainda ontem também me mencionou que o presidente nunca lhe falou em troca de ministros", disse.

Costa Couto assegurou também que o presidente Sarney não quer o adiamento das eleições municipais e sim "o cumprimento do calendário eleitoral". As propostas de adiamento feitas pelo líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, e pelo senador Aureo Mello (PMDB-AM), foram apresentadas, segundo o ministro, "em nome próprio" e não representam "a palavra oficial do governo".

O ministro considera Sarney "um presidente que tem dado ênfase e apóio à eleições, patrocinou eleições livres e tem se comportado como magistrado nessas eleições todas". Costa Couto considera que o adiamento das eleições presidenciais para 1989 não foi uma decisão que contrariou a vontade da população. "O povo adora eleições e, quando há crise, ele quer exercer o direito de voto porque acha que a mudança vai resolver a crise, mas não se empolgou com as questões do mandato e sistema de governo. A população tem um enorme desencanto com os homens públicos de modo geral e já aprendeu a não acreditar em messianismo", disse.

E esforçou-se para mostrar que ao falar em "messianismo" não estava se referindo ao presidente do PDT, Leonel Brizola, que se considera um "predestinado" à Presidência.